

## **ASSOCIATIVISMO E VISIBILIDADE PROFISSIONAL: reconhecendo o papel do arquivista na sociedade**

Sonia Luiza Freitas dos Santos<sup>1</sup>  
Késsia Karla Portela Richene Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo discorrer sobre o Associativismo Arquivístico no Brasil e sua visibilidade profissional, a constituição de seu campo, sua formação e o reconhecimento no mercado de trabalho. Quanto à metodologia, foram empregadas a revisão literária e a análise bibliográfica/exploratória, para fazer uma retrospectiva do associativismo e da institucionalização da Arquivologia no País e entender como ocorreu o processo de regulamentação, aceitação e atuação do profissional de arquivo. Os resultados apontaram que o movimento associativo foi crucial na institucionalização do campo arquivístico e que, considerando o volume de documentos cada vez maior, ao longo do tempo, o papel do arquivista vem sendo reconhecido pela sociedade, o que o possibilita atuar em diversas esferas como gestores da informação. Constatou-se que, com a constituição da Arquivística no Brasil, novos métodos e práticas passaram a ser utilizados na organização dos arquivos e que as associações, além de representar a categoria, contribuem para que o arquivista seja reconhecido na sociedade. Infere-se, portanto, que o mercado de trabalho para esse profissional está em expansão, e isso lhe dá mais chances de ingressar nele e de ter mais visibilidade.

**Palavras-chave:** Arquivista. Associativismo. Mercado de trabalho. Visibilidade Profissional.

## **ASSOCIATIVISM AND PROFESSIONAL VISIBILITY: recognizing the role of the Archivist in society**

**ABSTRACT:** The article is aimed to discuss about the Archival Associativism in Brazil and its professional visibility, the construction of its field, its formation and the recognition in the labor market. In relation to the methodology, they were adopted literature review and bibliographic and exploratory analysis to make a retrospective of associativism and the institutionalization of Archival Science in Brazil, and understand how it was occurred the process of regulation, acceptance and acting of the archive professional. The results show that the associative movement was crucial in the institutionalization of the archival field and, considering the growing volume of documents along the time, the role of the archivist has been recognized by the society, enable him/her to act in diverse spheres as information managers. It was noted that, due to the constitution of Archival Science in Brazil, new methods and practices are being used in the organization of archives. In relation to the associations, besides they represent this professional category, they contribute to the recognition of the archivist in society. Therefore, it is inferred that the labor market is in

---

<sup>1</sup> Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: sonialuiza@msn.com

<sup>2</sup> Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: kessiakarlaa@gmail.com

expansion for these professionals, giving them more opportunities to enter the labor market and have more visibility.

**Keywords:** Associativism. Professional Visibility. Archival Science. Labor Market.

## 1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, a visão dos arquivos vem sendo modificada de acordo com sua visibilidade em relação à importância de se buscar o conhecimento. Essa unidade de informação tem a potencialidade de informar e, em muitas circunstâncias, de alterar a realidade presente, visto que é detentora da memória da instituição e de mecanismos que possibilitam o acesso à informação e sua recuperação, contextualizada e guardada no arquivo.

As transformações da Sociedade da Informação requerem a implantação de novas práticas e métodos que facilitem o compartilhamento, o registro e a preservação dos conhecimentos produzidos. A constituição do campo arquivístico veio para suprir essas necessidades e construir relações entre a prática, a profissionalização, as políticas públicas e o conhecimento teórico-metodológico.

A Arquivística começou a ser desenvolvida no Brasil por meio das relações com países da Europa e da América do Norte na década de 1960, quando o país passava por mudanças em relação às práticas e aos métodos voltados para a organização dos arquivos nas instituições. Ao perceber que essas novas bases de conhecimento tinham dado resultado nesses países, algumas instituições brasileiras se interessaram por esses novos mecanismos e decidiram adotá-los.

Depois que essas práticas foram implantadas, foi necessário capacitar e especializar profissionais para lidarem com a informação nas organizações. É nesse contexto em que se enquadra o arquivista, citado por Lopes (2009 p.56) como “[...] produtor de conhecimentos, como pesquisador, um especialista na informação registrada de atribuição arquivística.[...]”, um profissional capaz de gerenciar os conteúdos informacionais dos documentos, tomar decisões e assegurar a organização dos conhecimentos produzidos.

Como há pouca abordagem sobre o assunto em pesquisas científicas, este artigo foi elaborado com a intenção de contribuir para o campo da Arquivologia e de mostrar que é importante renovar os métodos e as práticas arquivísticas dentro das instituições, assim como criar associações arquivísticas no Brasil e o mercado laboral para esse profissional. O campo de pesquisa tem como referência literária elementos metodológicos e conceituais sobre a história da Arquivologia no Brasil, ao mesmo tempo em que analisa, empregando a

metodologia bibliográfica e a exploratória, todo o desenvolvimento e a aceitação dos profissionais pelas instituições que adotaram ou não novas práticas arquivísticas.

Algumas instituições arquivísticas do país apresentam problemas referentes ao gerenciamento e à organização de suas documentações, e isso as torna retrógradas em relação ao acesso à informação. Dentre esses problemas, destacam-se a falta de profissionais especializados e seu reconhecimento, a abertura para aceitar novas ideias, o pouco investimento em locais mais acessíveis, o reduzido mercado de trabalho e a pouca visão da preservação e conservação dos documentos por eles gerados.

Assim, considerando o exposto, este estudo objetivou discorrer sobre o Associativismo Arquivístico no Brasil e sua visibilidade profissional. Para isso, elencou dois objetivos específicos: compreender o processo de constituição do campo arquivístico no país e reconhecer o papel do arquivista no mercado de trabalho.

## **2 CONSTITUIÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL**

No Brasil, o processo de constituição do campo arquivístico ocorreu por volta da década de 60, quando estavam sendo implantados métodos e práticas diferenciados vindos da Europa e da América do Norte sobre a organização dos arquivos nas instituições.

Durante anos, o Brasil foi visitado por especialistas que se destacaram na Arquivística da América do Norte e da Europa. Grande parte deles foi convidada por instituições para desenvolver estudos, diagnósticos, cursos, congressos e levantamentos e produzir obras literárias sobre as instituições arquivísticas brasileiras. Dentre os principais especialistas, estavam Theodore R. Schellenberg, Henri Boullier de Branche, Charles Kecskeméti e Michel Duchein (LOPES 2009. p.59).

A maioria das obras produzidas por esses autores são consideradas hoje como fonte rica para o estudo do passado da Arquivística no Brasil. Os pontos principais relacionados a esse aspecto eram a situação dos arquivos de instituições, em sua estrutura física, a preservação e a acessibilidade, e quais práticas arquivísticas eram desenvolvidas por elas. Com essas avaliações, foi possível encontrar diagnósticos e soluções para melhorar o funcionamento desses arquivos e perceber a importância de se aplicarem essas novas práticas arquivísticas nessas unidades de informação.

Nesse mesmo período, o historiador e professor, José Honório Rodrigues, procurou imprimir uma gestão renovadora na principal instituição arquivística do Brasil, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, com a implantação do sistema de arquivos e gestão

de documentos, com o fim de consolidar o espaço político e acadêmico dessa nova disciplina - a Arquivologia – que, até então, era desempenhada por profissionais de outras áreas (SANTOS, 2012, p.6).

Devido à necessidade de ter profissionais capacitados para desenvolver essas novas práticas arquivísticas, o Arquivo Nacional criou e ministrou, na década de 70, cursos especiais em Arquivo. Posteriormente, foi criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros(AAB) e, no dia 6 de março de 1972, foi aprovado pelo Conselho Federal em Educação(CFE) o Curso Superior em Arquivologia no estado do Rio de Janeiro (PAES, 2004. p.43).

Há que se ressaltar que ainda persistem problemas relacionados às organizações dos arquivos e ao acúmulo de massa documental nas instituições do País, que, não raras vezes, acabam transformando em depósito de documentos sem nenhum tratamento especializado. De acordo com Santos (2012 p. 7), desde a década de 80, havia iniciativas de formulação de políticas e de cooperação no campo de divulgação do conhecimento, para transformar os arquivos, a profissão de arquivista e a disciplina ‘Arquivística’ em objetos de interesse de dimensão regional latino-americana. Devido a esse fato, a Arquivística obteve uma linguagem e metodologia próprias, passou a ser vista como diferente das outras disciplinas e, ao mesmo tempo, manteve relações e interações com disciplinas como História, Biblioteconomia e Documentação.

Na década de 90, ocorreu a expansão do ensino universitário de graduação e o aumento de dissertações e teses na área da Ciência da Informação e História Social através dos cursos de pós-graduação (SANTOS, 2012, p. 5). Consequentemente, foram implantados cursos superiores em arquivo por todo o país, consolidando a imprescindibilidade de se adquirirem práticas arquivísticas para melhorar o processo de organização da documentação nos arquivos de uma instituição. Atualmente, existem 16 Cursos de Graduação em Arquivologia em universidades brasileiras, todos em modalidade presencial, nas seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Fluminense (UFF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Espírito Santo(UFES), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista (UNESP/MARÍLIA), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Como esse campo foi reconhecido, e os arquivos precisam de profissionais na área, é sobremaneira importante uma boa qualificação e um bom aprendizado para o profissional que atua nessa unidade de informação. É nesse contexto em que se enquadra o arquivista, por ser produtor de conhecimentos e ter uma visão fragmentada das informações que serão geradas.

## 2.1 O ARQUIVISTA E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O trabalho do profissional arquivista está ligado à criação dos arquivos, que existem desde as primeiras civilizações, resultante da intenção humana de produzir e acumular registros de suas atividades (LOPES, 2009 p.87). Esses registros refletem a vida social, econômica, cultural e política do contexto de que a sociedade faz parte. Durante muitas décadas, esse processo de acúmulo de informações vem sendo analisado e tratado de uma forma mais específica, com um valor informativo válido a respeito do passado histórico e natural. Anna (2015 p.13) define o arquivo como “[...]um espaço destinado à produção e à disseminação da informação, pois é nessas unidades de informação que se realizam a guarda, a conservação e o manuseio da informação produzida por um organismo [...]”.

Para viabilizar essas práticas arquivísticas, é necessário um profissional especializado e capacitado para gerenciar a circulação da informação produzida dentro do espaço referido. Nesse cenário, enquadra-se o profissional arquivista, por ser gestor da informação e de recursos informacionais e capaz de desenvolver técnicas criativas e inovadoras que contribuem para melhorar a organização dessas unidades de informação.

Lopes (2009) enfatiza que, no Brasil, o objeto da formação em Arquivologia é a Educação Básica, com o intuito de preparar o estudante para o mercado de trabalho e iniciar uma carreira profissional, diferentemente de alguns países onde a atuação do arquivista não está vinculada a um diploma. Hoje a formação do profissional arquivista é por meio do Curso de Graduação em Arquivologia, com duração de, no mínimo, oito períodos e, no máximo 12, e disponibilizado por universidades espalhadas pelo Brasil. Sua grade curricular contempla disciplinas relacionadas ao desempenho profissional e às áreas voltadas para a gestão de documentos, arquivologia geral, organização e manipulação de fontes.

No que diz respeito à especificação e ao fazer do arquivista, Belloto (2007, p. 6) refere que esse profissional:

é o mediador e o possibilitador da concretização do pleno acesso aos documentos. E, não só, relativamente às informações governamentais ou às

informações cidadãs que o arquivista assume um papel ativo e dinâmico, posto à atitude passiva que tinha esse profissional nos tempos passados.

Assim, o arquivista passou a ser um elo entre os setores da instituição, intermediando as necessidades informacionais e viabilizando a construção de inovações que favoreceram a consolidação da gestão do conhecimento dentro da organização. Em relação à forma como o profissional da informação se adéqua à sua atuação, Serra Júnior (2006 p.1) assevera que ele “[...] deve buscar uma forma diferenciada de atuar que vai além das suas competências tradicionais, para auxiliar a organização na gestão dos chamados ‘ativos intangíveis’”. Porém a maioria dos graduados tem dificuldade de trabalhar com arquivos que necessitem de conhecimentos vastos sobre os procedimentos arquivísticos, devido à falta de experiência com a base de conhecimentos abrangentes e propostas de políticas de arquivo mais compreensivas.

Belloto acrescenta que:

[...] a qualidade da formação tem decisiva influência no tratamento dos documentos. Porém o acesso à informação ainda é problemático, não só no nosso, mas também em muitos outros países, a ponto de se considerar que “a ausência de boas possibilidades de formação é calcanhar de Aquilés da nossa profissão” (1994,p.11).

Quando o conhecimento dos princípios, da teoria e das técnicas fica mais intenso, qualquer conjuntura, acontecimento e quadro relacionados às práticas arquivísticas funcionam, e o reconhecimento social desse profissional se consolida.

Dentre as principais qualidades do profissional arquivista, Belloto (2004) enfatiza:

- capacidade de analisar e de sintetizar justamente e com aptidão particular para esclarecer situações complexas e ir ao essencial;
- capacidade de fazer julgamento seguro;
- habilidade de formular claramente suas ideias, tanto na forma escrita quanto na verbal;
- aptidão para tomar decisões sobre questões ligadas à memória da sociedade;
- bom senso para tomar soluções;
- facilidade de se adaptar à realidade e às condições de seu tempo e lugar;
- abertura às novas tecnologias de informação.

Considerando essas qualidades, entendemos que o profissional arquivista da atualidade desempenha um papel eficaz e substancial para o arquivo, pois através dele é

possível renovar os conhecimentos arquivísticos e compartilhar pesquisas e/ou experiências voltadas para o patrimônio documental de uma instituição.

Quanto à regulamentação das profissões de arquivista e técnico em arquivo, o Congresso Nacional decretou, e o Presidente da República sancionou a Lei 6.546, arts. 1º e 2º, de 4 de julho de 1978, sobre o exercício e as atribuições para o desempenho de suas funções. Apesar de essa lei ter sido sancionada desde a década de 1970, ainda não existe um Conselho de Registro da profissão no País, que é feito na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), via presencial ou através da internet.

### **3 ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO**

O associativismo dos arquivistas teve início, no Brasil, nos anos 70, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), constituída como sociedade civil de direito privado e instituída para dignificar socialmente a profissão arquivista e contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia no país. Esse foi um período significativo, uma vez que a AAB tinha o objetivo de institucionalizar o Curso de Graduação em Arquivologia no Brasil e o arquivista. A partir desse movimento, a profissão de arquivista foi regulamentada pela Lei nº. 6.546, de 04 de julho de 1978.

Fonseca fala das finalidades e das características do associativismo:

O associativismo é um dos mecanismos utilizados pelos indivíduos para realização de uma cidadania mais ampla. Reunidos em torno dos mesmos interesses, por meio das associações, congregam seus esforços, dão visibilidade à sua luta, configuram interlocutores mais fortes no debate com o restante da sociedade e com o Estado, ampliando as possibilidades de mudança da realidade social como um todo. (FONSECA, 2008, p. 203)

Dessa forma os indivíduos unem esforços em defesa da categoria, promovem e ampliam o reconhecimento da profissão e se fortalecem para conquistar os direitos de sua categoria e as chances de alcançar os objetivos em comum.

Em um contexto mais específico, Souza (2011, p.134) assinala que o principal objetivo das associações de arquivistas é de atuarem em defesa da categoria e organizarem cursos e outros eventos com o intuito de melhorá-la, além de oferecer alguns benefícios que atendem a todos os associados. Assim, as associações contribuem de forma pertinente com a formação e o aperfeiçoamento de profissionais, entre outras benfeitorias.

Alguns autores, como Crespo (2000), Silva (2010) e Souza (2010), apresentaram concepções sobre a AAB. Eliezer Silva (2013, p.70) comenta que Silva (2010) entendeu o

papel do associativismo como um espaço de reflexões e de experiências, sobretudo nos congressos e nos cursos promovidos. Já Crespo define o associativismo como um movimento mais relacionado à categoria profissional, com caráter político-burocrático da profissão. Souza afirma que, depois que foram criados os cursos universitários e que a profissão foi regulamentada em 1978, o associativismo não esgotou sua pauta de atividades, no entanto deveriam assumir outras, como, por exemplo, a de fiscalizar a profissão, devido à falta de um conselho profissional.

Considerando a ausência de um conselho profissional, as associações assumem o papel de representar a categoria. Souza (2011) expõe sobre a inexistência de um conselho profissional e as tentativas não sucedidas de construção do conselho federal em arquivologia.

No que se refere aos arquivistas, até hoje não foi constituído um Conselho que possa exercer a função de órgão fiscalizador do exercício da profissão. Não obstante, foram apresentadas ao Governo Federal três propostas de criação de um conselho próprio (surgidas como iniciativas isoladas das associações profissionais nos anos 1997, 2000 e 2004), mas todas foram arquivadas (SOUZA, 2011, p. 134).

Precursora do Movimento Associativo, a AAB iniciou as seguintes ações referentes à área de arquivologia: publicou o primeiro periódico especializado na área, a Revista Arquivo & Administração, em 1971; organizou primeiro congresso científico da área, o Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), em 1972; com a colaboração do MEC, institucionalizou os Cursos Superiores de Arquivologia, encaminhando o projeto do currículo mínimo dos cursos superiores da área, aprovado em 1974; e mobilizou o MTE para conseguir regulamentar as profissões de arquivista e de técnico de arquivo (GOMES, 2014, p. 108-110). Isso demonstra que o associativismo arquivístico foi um dispositivo evidente no processo de institucionalização do campo arquivístico, que desenvolveu ações em prol do reconhecimento da Arquivologia na sociedade.

Gomes (2011) refere que o Movimento Associativo, juntamente com outros setores da sociedade, com profissionais e pesquisadores, deu origem à Arquivologia no Brasil.

A ação da AAB, durante quase uma década, contribuiu para a institucionalização do campo arquivístico, num ciclo de desenvolvimento no qual surgiram o curso superior de Arquivologia, as profissões Arquivista e Técnico de Arquivo, uma comunidade técnica e científica com os Congressos e a Revista. O papel do associativismo junto ao Estado, durante os primeiros anos, evidenciam a importância do período (1971-1978) para a institucionalização do campo, a exemplo do que ocorreu em outros países (GOMES, 2011, p.140).

A AAB criou núcleos regionais, a fim de ampliar a área de atuação da associação. Esses núcleos foram extintos em 1998, fundaram-se novas associações regionais, e à medida que iam surgindo os Cursos de Arquivologia no país, expandiam-se as associações arquivísticas.

Perante as complexidades do discurso do Associativismo sobre a institucionalização do campo arquivístico Silva (2015, p.5) reforça que:

[...]É importante notar o trabalho de memória no discurso da Associação dos Arquivistas Brasileiros sugerindo, apesar da variação nos termos utilizados, que o coletivo profissional dispunha de projeto para o campo arquivístico: a constituição de controles institucionais no desenvolvimento de um corpo de especialistas com formação e carreira.

As atividades da AAB foram finalizadas no ano de 2015, e o Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq), criado em outubro de 2014, ficou com a missão de unificar o Movimento Associativo Nacional. O FNArq é um fórum permanente, nacional, composto de todas as associações existentes no Brasil e responsável por unificar lutas e demandas da área profissional de Arquivologia, entre outras atividades, como padronizar o calendário de eventos da área.

#### **4 VISIBILIDADE PROFISSIONAL NO MERCADO DE TRABALHO**

Compreender o mercado de trabalho significa ter em mente as constantes transformações e evoluções que ocorrem no decorrer do tempo. De acordo com Mueller (2004, p.31), “o trabalho profissional se origina de necessidades sentidas por toda a sociedade, por grupos dentro dela ou indivíduos isolados. O objetivo da ação profissional é de dar soluções aos problemas que provocam aquelas necessidades”. Nesse sentido, com o crescimento do volume de documentos nas administrações públicas ou privadas sem o tratamento adequado, é imprescindível a existência de um profissional para tratá-los, criar práticas de organização para os documentos e, de acordo com a necessidade de profissionais, expandir o mercado de trabalho para o arquivista.

Ao tratar da visibilidade profissional para o arquivista no mercado de trabalho, são vários os autores que abordam sobre seu campo de atuação. Souza (2011) enuncia que:

a visibilidade do arquivista e de suas funções teve uma amplitude posterior à implantação da legislação arquivística brasileira. Com a legislação arquivística e as resoluções e demais atos emanados pelo Conarq, as instituições, sobretudo públicas, criaram e ampliaram o espaço em seus quadros para agregar os arquivistas como gestores das informações e responsáveis pelo fluxo dos documentos, principalmente onde haja acumulação de documentos. (SOUZA, 2011, p.61).

Vê-se, considerando o exposto, que o trabalho do arquivista é imprescindível para a organização dos documentos, porquanto ele é gestor das informações registradas e acumuladas pelas organizações no decorrer de suas atividades. Esse profissional precisa estar apto para atender às solicitações e às exigências do mercado, a fim de ocupar um espaço efetivo. Bahia e Seitz (2009p.12) enfatizam que “se espera do arquivista, além das competências e das habilidades técnicas tradicionais da área, competências empreendedoras para sobreviver ao mercado mutante, globalizado e competitivo, que requer profissionais atualizados, éticos e dinâmicos”.

Para Duarte (2006), são múltiplas as possibilidades de atuação do profissional arquivista no mercado de trabalho, como, por exemplo, em instituições arquivísticas, em setores de documentação ou informação, em centros culturais, em serviços ou redes de informação, em órgãos de gestão do patrimônio cultural ou em órgãos responsáveis pela salvaguarda de acervos documentais. É importante salientar que, além das possibilidades pautadas pelo autor, o arquivista pode trabalhar como autônomo, ministrando palestras e cursos de curta duração sobre arquivologia.

Em uma definição mais recente sobre o mercado laboral dos profissionais que atuam nos arquivos gerindo as informações, Souza (2011, p. 112) afirma:

Os espaços de trabalho dos profissionais arquivistas são as empresas públicas e privadas, as instituições arquivísticas públicas e privadas, os centros de documentação e informação, as universidades e os centros de pesquisa, as filмотecas e os museus, junto com os bancos de dados e serviços de consultoria arquivística. Além disso, também se inserem as clínicas médicas e os hospitais, as instituições culturais e financeiras, as sociedades e cooperativas, os centros de ensino, os arquivos particulares e as consultorias, além dos órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário, entre outros. De fato, qualquer instituição produtora de informação é um espaço de trabalho potencial para os arquivistas.

Assim, há uma diversidade de espaços onde os arquivistas podem atuar. Considerando a competitividade existente no mercado de trabalho, esses profissionais precisam estar

sempre se atualizando, por meio de especializações, e acompanhando as novas tecnologias da informação e comunicação.

Vedoin (2010, p.28) acredita que,

assim como na realidade das demais profissões, não é mais o mesmo de anos atrás. A contemporaneidade remete a um profissional atento ao cenário de mudanças, advindas principalmente de inovações em tecnologias e de modernas técnicas e práticas em gestão e administração, exigindo-se assim um profissional em contínua atualização, capacitação e aperfeiçoamento.

Partindo do pressuposto de que vivemos na era da informação, em que os suportes de informações estão interligados com as tecnologias, é importante que o arquivista esteja apto a manusear essas ferramentas, para obter resultados satisfatórios para a organização.

Stahl (2009) assevera que o mercado de trabalho exige do arquivista uma formação que o possibilite atuar em meio aos problemas contemporâneos, pois, com o avanço das tecnologias e a crescente demanda documental produzida e recebida pelas instituições públicas e privadas, aumenta cada vez mais a necessidade de profissionais que tratem, gerenciem e preservem as informações e os documentos.

Para compreendermos bem mais a evolução tecnológica, Cunha (2000, p. 187) aponta as transformações que houve no mundo do trabalho no final do Século XX. Para ele, “[...] novos conceitos de organização do trabalho e do comportamento surgiram em decorrência do desenvolvimento das novas tecnologias da informação, em função das novas organizações sociais e das respostas dos indivíduos que trabalham em novos sistemas informacionais.”

Um novo perfil é exigido do arquivista. Cook (2012, p. 124) afirma que “[...] uma mudança no âmbito paradigmático da Arquivologia está de fato ocorrendo e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e fazem seu trabalho”.

Luciana Duranti assevera que:

[...] os arquivistas devem transcender seu papel de custodiadores se desejam sobreviver como profissão no próximo século [...] As tecnologias da informação não estão aí para complicar nossa vida, mas para simplificá-la. Os arquivistas não precisam ter a custódia física dos registros eletrônicos para exercer o controle sobre eles e proteger sua integridade: eles podem fazer isso à distância, contanto que detenham autoridade legal para essa função (DURANTI, 1994, p.62).

Então, o profissional que só trabalhava em arquivos para garantir a integridade física dos documentos tem passado por constantes transformações, porquanto não gere só as

informações, mas também o suporte e viabiliza, de forma cada vez mais rápida, acessível e segura, a busca e a recuperação da informação. Portanto, cabe ao arquivista estar atento às mudanças que ocorrem no campo arquivístico e desenvolver competências e habilidades que lhe permitam se estabilizar e acompanhar o crescimento do mercado de trabalho.

Em uma sociedade contemporânea, onde o arquivista tem ocupado cada vez mais espaços, e sua presença tem sido cada vez mais indispensável, é de suma importância que o seu papel seja reconhecido e compreendido pelas entidades, pelas organizações e pela sociedade.

Nesse cenário, Bellotto (2006, p. 306) afirma que:

é preciso que o administrador e o burocrata compreendam que o arquivista não é um simples trabalhador administrativo, dentro de um órgão público ou de uma organização privada, que não está ali apenas para passar papéis ou mídia eletrônica às mãos dos interessados. Ele é um provedor da informação administrativa e jurídica. É preciso também que os administradores compreendam que o arquivista está suficientemente capacitado para elaborar os instrumentos de pesquisa que dão acesso à informação, que sua formação lhe dá elementos que o habilitam a não permitir que se perca a essência da informação na montagem da representação descritiva.

Assim, cabe ao arquivista mostrar claramente à sociedade a importância dos arquivos e da efetividade de seu trabalho, tendo em vista que é um agente que precisa ser difundido. É evidente a demanda existente no mercado de trabalho para ele, todavia, a inclusão e a visibilidade desses profissionais precisam acontecer de forma expressiva, pois, embora a Lei 6.546, de 4 de junho de 1978, regularmente a profissão, existe uma quantidade significativa de gestores e organizações que desconhecem ou ainda não reconhecem a relevância do papel do arquivista para a sociedade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o que foi abordado neste texto, o campo arquivístico foi desenvolvido na década de 50, com o aparecimento de novas escolas vindas da Europa e da América do Norte, que trouxeram novas práticas e métodos de gerenciamento e organização dos arquivos. Com esses novos mecanismos, foi possível criar cursos e associações, e o profissional responsável pela área passou a ter mais visibilidade e a ser reconhecido.

Com essas novas práticas e esses novos métodos, foi possível melhorar a produção de conhecimentos gerados dentro dos arquivos das Instituições. E para desenvolver esses

mecanismos, foi necessário ter um profissional capacitado, que enquadra-se nessa característica - o arquivista - por ser capaz de produzir conhecimentos e ter uma visão fracionada das informações ali geradas. Belloto (1994p.6) reafirma que “a qualidade da formação do profissional tem decisiva influência no tratamento dos documentos” e melhora o gerenciamento e a organização das informações.

Em relação ao Movimento Associativo no Brasil, foi fundamental para estabelecer as conquistas para o campo arquivístico, como a inserção do Curso de Graduação em Arquivologia e a regulamentação do profissional, representado, inicialmente, pela AAB, que demonstrou esforços para promover a profissão e impulsionar o reconhecimento do arquivista no Brasil. Espera-se, com a expansão dos Cursos de Graduação em Arquivologia, que as associações profissionais sejam ampliadas, para fortalecer, cada vez mais, o campo que ainda precisa ser mais explorada e dirigir um olhar diferenciado, na perspectiva de obter meios sempre renováveis que facilitem a busca e o acesso à informação por aqueles que procuram adquirir novos conhecimentos.

No que concerne ao mercado de trabalho, a atuação do profissional arquivista passou a ser mais vista e reconhecida, depois que foi regulamentada por meio da Lei 6.546/1978. Tendo a certeza, que é imprescindível a formação continuada, o aperfeiçoamento de suas habilidades e aprofundamento em novas tecnologias, para manter-se constantemente atuante no mercado.

## REFERÊNCIAS

ANNA, Jorge Santa. O arquivista como gestor de recursos informacionais: uma reflexão acerca dos novos modelos de gestão. **Ágora**, Florianópolis, v.25, n.51, p.77-100, jul./dez.,2015. Disponível em:  
<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000017930/1bc56ad4617ed6c73cc2349797d4f8ae/>>. Acesso em: 5 maio 2018.

BRASIL. Decreto 6.546, de 4 de jul. de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo e dá outras providências.** Brasília, DF, jul. 1978. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128373/lei-6546-78>>. Acesso em: 9 maio 2018.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. Formação profissional do arquivista. **Ágora**, n.6,1994. Disponível em:  
<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000014934/4b0beac439be1fbc61b2dd824d234f1a>>. Acesso em: 7 maio 2018.

\_\_\_\_\_. As responsabilidades éticas e cidadãs na formação do arquivista. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 7, 2007, Viñadel Mar. **Anais...**:Viñadel Mar: Associação de Arquivistas do Chile, 2007.

\_\_\_\_\_. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. O arquivista nas sociedade contemporânea. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BAHIA, Eliana Maria dos Santos; SEITZ, Eva Maria. Arquivista empreendedor. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.14, n.2, 468- 481, jul./dez., 2009. Disponível em:<[https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/720/pdf\\_7](https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/720/pdf_7)>. Acesso em: 5 maio 2018.

COOK, Terry. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação arquivística**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/355>>. Acesso em: 8 maio 2018.

CUNHA, Mirian Vieira da. Perfil do profissional da informação frente às novas tecnologias.**Revista ACB**: Biblioteconomia, Santa Catarina, v. 5, n. 5, p. 185-195, 2000. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/355>>. Acesso em: 11 maio 2018.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 2, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AARGS, 2006. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2018.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como prova de ação**. Trad. Adelina Novaes e Cruz. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, 1994, p.49-64. Disponível em: <<https://xa.yimg.com/kq/groups/44471652/714607665/name/lucianaduranti.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis**: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muriaquitã, 2008.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971 – 1978)**: entre a memória e a história. 2011. p.140 – 141. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LOPES, Luís Carlos. **A nova Arquivística na modernização administrativa**- Luís Lopes; prefácio de Heloísa Libweralli Belloto. 2.ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009. 416p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott- proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MULLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília DF: Thesaurus, 2004. cap. 1, p.23-54. (Estudos avançados em Ciência da Informação, v.3). Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1438>>. Acesso em: 22 abr. 2018

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**/ Marilena Leite Paes. 3.ed. Rev. Ampl.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Notas sobre a institucionalização da arquivologia no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/1094>>. Acesso em: 9 abr. 2018

SERRA JÚNIOR, Lamberte Ricarte. O papel do arquivista na gestão do conhecimento. In: II Congresso Nacional de Arquivologia, 2006 Porto Alegre-RS. **Anais do II Congresso Nacional**, 2006. Disponível em: <<http://tudosobrearquivologia.files.wordpress.com/2009/12/modulo-l-o-papel-do-arquivista-na-gestao-do-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do Movimento Associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. p.70. 133 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese27.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SILVA, Eliezer Pires da; Evelyn Goyannes Dill Orrico. O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.20, n.3, p.85-100, jul./set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v20n3/1413-9936-pci-20-03-00085.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de Souza. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho/Kátia Isabelli Melo de Souza. – Brasília: Starprint, 2011.

STAHL, Sabrina. Joana. **O mercado de trabalho para arquivistas nas prefeituras do RS 2008**.p.38. 70f. Monografia (Especialização em Gestão em Arquivos) – Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

VEDOIN, Aline Medianeira Ramiro. **Tendência empreendedora**: perfil dos alunos do curso de arquivologia da universidade federal de Santa Maria. 2010. p.28. 89f. Monografia apresentada ao Curso de Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria: Rio Grande do Sul, 2010.